


Luta de Classes

 Pela reconstrução da 4ª Internacional

IMPRESA
R\$ 4,00
OPERÁRIA

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)

Dino Santos/CUT

O GOVERNO PREPARA UM CHOQUE

A Plenária Nacional da CUT frente a um desafio

Leia na pág 3

EDITORIAL



A violência devoradora do imperialismo

Pág 2

PARTIDO



Partido Eleitoreiro ou Partido de luta e Socialista?

Pág 5

INTERNACIONAL

Internet

Passos e Descompassos da Revolução Cubana
As decisões do VI Congresso do Partido Comunista

Pág 15

FORMAÇÃO

Internet

140 anos depois: Outras Comunas virão!

Pág 9

EVENTO
Neto de Trotsky, Esteban Volkov realiza Conferências em três estados do Brasil

Pág 20

**QUEM SOMOS E
PELO QUE LUTAMOS?**

A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskô e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, como a intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racialismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em “raças”. E com a Juventude Marxista – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando a luta pelo passe-livre e por vagas para todos nas universidades públicas.

Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores, uma corrente que não se furta a combater a coalizão de Lula com a burguesia e a degeneração do partido, dessa forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis à sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado.

A violência devoradora do imperialismo norte-americano e a morte de Osama

“Mas, esta noite, mais uma vez lembramos que os Estados Unidos podem fazer tudo que se dispuser a fazer. Essa é a história de nossa história, seja na busca da prosperidade para nosso povo, ou na luta pela igualdade de todos os nossos cidadãos; nosso compromisso é lutar por nossos valores no exterior, e nosso sacrifício é fazer do mundo um lugar mais seguro.

Deixem-nos lembrar de que podemos fazer essas coisas não apenas por riqueza e poder, mas por causa do que somos: uma nação, sob um Deus, com liberdade e justiça para todos.

Obrigado. Que Deus abençoe vocês. E que Deus abençoe os Estados Unidos da América”.

Barack Obama, presidente dos EUA

Redação JLC

Os marxistas declaram: o terrorismo como método de luta não serve aos interesses da classe operária. Nosso método baseia-se na ação consciente e organizada das massas exploradas e oprimidas sob a direção da classe operária e de seu partido.

Os EUA, para combater a antiga e extinta URSS criaram o Al Qaeda e estimularam o terrorismo “islâmico”. Se por um lado condenamos politicamente o terrorismo, também combatemos o imperialismo que se dá o direito de invadir países e subordiná-los, subjuguá-los, recolonizá-los, depor presidentes, caçar terroristas em outro território que não o seu, sugar as riquezas de outros países, corromper e conspirar contra a democracia e a liberdade no mundo todo.

Obama encerrou o discurso no qual anunciou que o seu grupo especial de extermínio havia liquidado Osama Bin Laden na cidade de Abbottabad no Paquistão, com uma ameaça ao mundo: “Deixem-nos

lembrar de que podemos fazer essas coisas não apenas por riqueza e poder, mas por causa do que somos: uma nação, sob um Deus, com liberdade e justiça para todos”.

A SANHA ASSASSINA EM NOME DE DEUS

A sanha assassina e de conquista do imperialismo estadunidense é infundável e vem em doses reforçadas no discurso de Obama quando cantou vitória pelo assassinato de Osama.

No limite “os Estados Unidos podem fazer tudo que se dispuser a fazer...”. Segundo o santo papa Barack Obama, seguirá adiante o seu compromisso de lutar pelos valores do império em todo o mundo “não apenas por riqueza e poder, mas por causa do que somos: uma nação, sob um Deus, com liberdade e justiça para todos”. Eis aqui a moderna versão das Santas Cruzadas da época da barbárie imperialista, que bombardeou e invadiu o Vietnã, a Coreia, o Iraque, o Afeganistão, e exterminou milhares em

Hiroshima e Nagasaki.

Diz Obama em seu discurso: “*E mesmo assim sabemos que as piores imagens não chegaram a ser exibidas para o mundo. A cadeira vazia na mesa de jantar, crianças obrigadas a crescerem sem a mãe ou o pai. Pais que jamais conhecerão o sentimento de abraçar os seus filhos. Perto de 3 mil cidadãos levados de nós, deixando um imenso vazio em nossos corações*”, falando sobre os que ficaram vivos após o ataque na torres gêmeas em 11 de setembro.

Diante da falsa dor de Obama pelos seus mortos nós lembramos os milhares que são mortos no mundo pela fome e pelas guerras, as crianças indefesas mortas pelas bombas dos F16 no Iraque e Afeganistão. A humanidade jamais se esquecerá das bombas napalms que foram lançadas aos milhares no Vietnã, do bloqueio contra Cuba, dos golpes no Chile, Argentina e Brasil, do golpe contra a revolução venezuelana, do golpe contra o povo hondurenho, dos bombardeios contra o povo líbio.

Os movimentos revolucionários que explodiram nos países árabes, combinados com um novo ascenso dos trabalhadores na Europa e no interior dos EUA e na América Latina, cedo ou tarde farão tremer o Capitólio, a Wall Street e a Casa Branca.

A humanidade está aprendendo que um novo mundo florescerá com paz e liberdade, com a derrubada do capitalismo e com a abertura da era socialismo e da solidariedade entre os povos e trabalhadores de todo mundo.



Boleto de Assinatura. Deposite e envie por carta, e-mail ou entregue a um militante

Nome: _____
Endereço - Rua (Avenida): _____
Nº _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
CEP: _____ E-mail: _____
Telefone: (____) _____ Cel: (____) _____ Data: ____/____/____
Agência de origem do depósito: _____ ou nº do depósito: _____

ASSINE: LutadeClasses

12 N°s R\$ 48,00 - 12 N°s solidário R\$ 60,00

Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01020-000; Fone: (11) 3101-8810

Banco do Brasil; Ag: 1196-7; CC: 30759-9; Instituto Marx & Engels de Est. e Pesq. do Trab.

jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br

Plenária Nacional da CUT frente a um desafio

Os trabalhadores querem mudanças reais e começam a perceber que seus problemas só serão resolvidos por eles mesmos na luta por seus direitos

Esquerda Marxista

Depois da posse da presidente Dilma, a CUT vem falando em se reorganizar e preparar sua estratégia para enfrentar os ataques que já estão se dando contra os trabalhadores. Há que passar do plano das idéias para os fatos.

Passados mais de 130 dias da posse do novo governo os trabalhadores viram com orgulho as grandes mobilizações dos operários da construção civil em várias obras do PAC, várias categorias entram em movimento por seus direitos, reafirmando sua disposição de luta, demonstrando que o motivo que os levou a votar em Dilma continua existindo. O governo além de dar um salário mínimo de fome, cortou 52 bilhões no orçamento, aumentou a taxa de juros, abre mais o mercado ao capital imperialista, reduz as exportações, desequilibrando ainda mais a balança comercial. A inflação começa a ameaçar os parcos reajustes obtidos pelas mobilizações e greves dos trabalhadores.

O FMI, em 11 de abril, em seu Relatório Perspectiva Econômica Mundial, divulgado em 11 de abril, declarava: “Por causa da importância sistêmica do Brasil para a região, muitos países vizinhos estão se beneficiando atualmente de seu forte crescimento. Em contrapartida, uma desaceleração abrupta da atividade econômica no Brasil pode afetar adversamente a região”. Neste mesmo dia o Boletim Focus (levantamento divulgado semanalmente pelo Ban-

co Central do Brasil com base em consultas ao mercado) aumentou a projeção de inflação para 6,26% neste ano, bem acima do centro da meta, de 4,5%.

No dia 18 de abril O Comitê de Política Monetária (Copom), colegiado formado pelos diretores e pelo presidente do Banco Central (BC), decidiu subir a taxa básica de juros de 11,75% para 12% ao ano.

Em 23 de abril Gilberto de Carvalho, ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, afirmou: “o desafio do governo federal em 2011 é o de controlar a inflação para que o Brasil possa crescer a uma taxa entre 4% e 5% nos próximos anos. E que uma das preocupações da área econômica é evitar que o avanço recente da inflação comprometa as conquistas da chamada ‘nova classe média brasileira’, que ainda não estaria consolidada. Por isso as medidas prudenciais que estamos tomando, para não haver esse desequilí-

brio que leve a uma recessão nesse momento, o que levaria de novo ao desemprego”. E concluiu: “a adoção de medidas prudenciais, como o porcentual mais baixo de correção do salário mínimo, não tem agradado aos movimentos sociais, mas todos estão de acordo em um ponto: é preciso segurar a inflação. A prioridade número 2 é garantir emprego de qualidade, que garanta distribuição de renda também.”

No meio de todas estas declarações e medidas, que comprovam que o governo sucumbe às pressões de seus aliados da burguesia, irrompeu no cenário nacional uma greve com mais de 170 mil trabalhadores da construção civil e as resposta dada pela burguesia foi a de atender algumas reivindicações e ao mesmo tempo negociar com o governo a demissão de 4000 trabalhadores em Jirau.

Mas a crise iniciada em 2008 retoma o seu curso de forma mais feroz. Quebrou a Grécia, depois Islândia, agora Portugal, depois virá Espanha. Haverá dinheiro para bancar as quebradeiras? Obviamente que não! Na Europa, EUA e Japão continua a recessão, o desemprego está em

alta, a burguesia tem que cortar as conquistas operárias e dos serviços públicos. Para continuar acumulando e sobrevivendo o imperialismo bombardeia a Líbia, massacra seu povo e ameaça a revolução dos povos árabes. Desemprego e destruição é o que o imperialismo pode oferecer à humanidade.

MAS OS TRABALHADORES RESISTEM E LUTAM

Na França, em Portugal, Itália, os trabalhadores realizaram várias greves gerais e agora realizaram grandes primeiros de maio. Recentemente na Bolívia, com a COB à frente, os trabalhadores realizaram uma greve geral por tempo indeterminado impondo vitórias parciais e aprofundando o processo revolucionário. Seguem as mobilizações dos trabalhadores árabes.

A CUT não pode continuar em silêncio diante das 4000 demissões de trabalhadores da construção civil em Jirau, não pode ficar inerte diante do massacre que as tropas da OTAN estão realizando contra o povo da Líbia, deve reivindicar a imediata readmissão dos demitidos em Jirau e exigir o fim dos ataques estrangeiros contra a Líbia.

A DN da CUT convoca para 3 a 7 de outubro de 2011 a décima terceira Plenária Nacional da CUT, a se realizar em São Paulo. Nesta Plenária estará reunida a grande maioria do movimento sindical que elegeu o governo Dilma. Essa maioria já está vendo as promessas de campanha desaparecerem. Desde já, nas plenárias preparatórias a tarefa central é preparar os trabalhadores para enfrentarem um choque do governo contra o movimento operário, contra as medidas de ajuda aos capitalistas.



Mobilização pelo salário mínimo de R\$ 580,00 em Brasília

Em defesa da saúde pública no Brasil

Adilson Mariano*

a.mariano13@yahoo.com.br

A melhoria dos serviços de saúde é um tema no qual os marxistas estão sempre envolvidos. Em Joinville e em Bauru, nossos vereadores estão à frente das mobilizações em defesa da saúde pública e contra a sua privatização. Mariano (vereador em Joinville/SC) e Roque (vereador em Bauru/SP) estão permanentemente organizando os fóruns, as reuniões na Câmara e com a comunidade, audiências públicas, visitas às unidades de saúde, diagnósticos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras atividades.

Seguidamente a população está sendo prejudicada com os problemas que já são por demais conhecidos: falta de médicos e demais profissionais da área, poucos leitos, baixa resolução da rede básica, falta de educação em saúde, falta de equipamentos e de medicamentos. Resultado: grandes filas para o atendimento e demora em conseguir consultas com especialistas, exames e cirurgias.

Em épocas eleitorais, o assunto sempre vem à tona, mas nunca há avanços. As obras de melhoria das estruturas, quando começam, nunca terminam. Diante da negação desse direito, a população se revolta e são os trabalhadores do serviço público que recebem a pressão, tornando-se servidores doentes e desestimulados.

Essas questões ocorrem em todos os municípios do Brasil e são de velho conhecimento do poder público, no entanto, nada é feito para modificar a situação.

Em alguns países a saúde é garantida de forma gratuita e com qualidade, como Inglaterra, Dinamarca, Suécia e Noruega. São países desenvolvidos, mas esse não é o motivo para tal façanha. Prova disso é Cuba, uma ilha pobre, que vive sob um embargo



Mariano visita o Hospital São José

político e econômico há cerca de 50 anos. Esse país é referência mundial em universalização da saúde.

PIORAR PARA PRIVATIZAR

Todos se lembram das privatizações da Vale Rio Doce, da Volta Redonda, dos Serviços Telefônicos, das estradas. Os governos foram sucateando os serviços e colocavam a culpa na ineficiência dos serviços, diziam que não funcionavam porque eram públicos. Feita a propaganda enganosa venderam tudo bem baratinho para as empresas privadas que pagaram “as compras” com dinheiro público. Ao que parece querem repetir agora a dose na saúde pública.

No Brasil, a legislação que criou o SUS foi um grande avanço, mas permitiu a existência de mecanismos privados. O lucro dos grandes grupos de saúde cresce quanto mais sucateado torna-se o SUS.

Além disso, a precarização obriga a compra de procedimentos e vagas na iniciativa privada. É o escoamento direto de dinheiro público para o setor privado.

Muitos governantes, por sua vez, têm suas campanhas financiadas por tais grupos, atendendo assim aos seus interesses. A lei proíbe tal relação, mas sabemos que no campo político nem tudo se dá como é permitido.

Além disso, é comum que cargos de confiança do poder financeiro comandem secretarias de saúde, hospitais e maternidades públicas. Diante dessa configuração é fácil entender porque os repasses de administração a organizações sociais (OSs) têm se tornado comum. O objetivo final é garantir o lucro, em detrimento de muitas vidas. As OSs são as cabeças de ponte para a privatização!

A Esquerda Marxista vem travando uma batalha tanto em Join-

ville como em Bauru em defesa da saúde pública, universal, de qualidade e gratuita. Mas duas andorinhas não fazem o verão.

A CUT, o PT e todas as entidades populares, devem se somar aos trabalhadores e a juventude, e juntos organizar um combate nacional pela estatização e universalização dos serviços essenciais, como saúde, educação, previdência social, água, saneamento, coleta de lixo, transporte coletivo, entre outros. Assim estaremos garantindo a primazia do público sobre o privado, dos direitos do povo por sobre os direitos dos especuladores e do lucro.

* Adilson Mariano é vereador em Joinville/SC pelo Partido dos Trabalhadores

Steban Volkov no Brasil

Steban Volkov, sobrevivente dos assassinatos de Stalin cometidos contra a família de Trotsky, em 1940, estará no Brasil para realizar Conferências com os trabalhadores e a juventude Brasileira sobre: A Atualidade da Obra e a Vida de Leon Trotsky.

TOME NOTA

- ✓ Dia 3 de junho, 19h30min, no IESLUC em Joinville/SC
- ✓ Dia 6 de junho, 19h30min, no TUCA em São Paulo/SP
- ✓ Dia 8 de junho, 19h00min, na UFPE em Recife/PE
- ✓ Dia 10 de junho, 19h00min na Flaskô em Sumaré/SP

Partido Eleitoreiro ou Partido de luta e Socialista?

Contribuição ao debate sobre a reforma estatutária do PT

Esquerda Marxista

A construção do PT foi fruto da luta dos trabalhadores brasileiros nos marcos de um grande avanço do movimento operário internacional. O PT foi construído na luta de massas contra a ditadura, pelas reivindicações, contra os capitalistas e pelo socialismo. Para prosseguir esta batalha é necessário preservar a sua independência política e financeira frente à burguesia e seu aparato de estado.

Um partido forte, de classe, democrático e coletivamente controlado pela base, só pode existir

com uma verdadeira independência financeira, por isso defendemos que o PT retome a sua sustentação independente e recuse viver do Fundo Partidário (dinheiro governamental) que atrela o partido ao funcionamento das instituições do estado. O PT deve viver das contribuições dos filiados e apoiadores, assim como de campanhas financeiras de massa. O PT não deve aceitar nenhum recurso de empresas, bancos, empreiteiras e dos grandes empresários. Quem paga a banda escolhe a música não é mesmo?

A democracia interna coerente com uma verdadeira política socia-

Propomos para o debate preparatório ao Congresso de setembro as seguintes mudanças no atual estatuto:

1) Fim do PED (Processo de Eleição Direta do PT).

2) Que o Partido reassuma o seu estatuto original (Regimento Interno), de 1984.

3) Eleição das direções e do presidente nos Encontros Zonais, Municipais, Estaduais e Nacional, bem como a eleição dos delegados aos Encontros Estaduais e Nacional.

4) Os mandatos e os salários dos eleitos pertencem ao partido. Os salários dos eleitos devem ser entregues ao partido que fixará os salários que não devem ultrapassar o salário de um operário

especializado.

5) Criação de um fundo partidário para as mobilizações (contribuições de militantes e filiados) para realizar as lutas impulsionadas pelo partido e em solidariedade aos militantes dos movimentos sociais. Rejeição do partido das doações de bancos e empresas ligadas a obras públicas, empreiteiras e grandes empresários.

6) Elaboração de agenda para campanhas financeiras de massa com o objetivo de arrecadação financeira para sustentação do partido.



O PT deve voltar a ser um partido democrático e de luta

lista exige uma reorganização do partido onde tenha valor as decisões das bases, as instâncias democraticamente construídas.

Os mandatos devem estar sob controle da direção e das bases do partido. O mandato, bem como salário do parlamentar ou de cargo executivo, pertence ao partido. O salário correspondente ao eleito deveria ser fixado pelo partido e não pelo estado burguês.

As decisões partidárias, especialmente a eleição das direções, escolhas de candidaturas às instâncias superiores, devem ser realizadas a partir dos Encontros Municipais, após os debates políticos, que devem eleger delegados aos Encontros Estaduais e Nacionais. Devemos encerrar esta fase lamentável chamada PED onde o debate político e os verdadeiros militantes petistas têm pouca ou quase nenhuma importância.

Não há partido socialista de verdade sem a participação ativa e decisiva dos militantes desde a base. Este processo chamado PED, na verdade alija a base do centro das decisões, pois acaba se apoiando no peso do aparato financeiro e dos mandatos, impondo primeiro a escolha dos candidatos para depois discutir a política. Isso equivale

a idéia de que o rabo do cachorro possa balançá-lo e não o inverso.

Neste processo de discussão apresentaremos propostas para que novamente o partido privilegie a militância partidária, os milhares de homens e mulheres que sacrificam uma parte de sua vida às lutas do povo trabalhador e do socialismo. O que é bem diferente de realizar filiações em massa feitas a laço sob controle dos aparatos de mandatos e não do partido. Isso destrói a democracia e arrasta para dentro do partido os velhos hábitos dos partidos burgueses que aplicam a velha política do toma lá dá cá.

O modelo do PED afastou a militância dos diretórios e núcleos do partido, deu superpoderes aos gabinetes e às “estruturas”, distorceu a democracia interna. Todos sabem como funciona: nos dias de PED os grupos que tem “estrutura” trazem em Kombi ou ônibus milhares de filiados que na maioria das vezes nem sabem em quem estão votando ou mesmo em propostas, prevalecendo a confiança pessoal e o assistencialismo. Os militantes ou se “enquadram” nesta lógica ou são relegados a simples coadjuvantes. Essa prática está desnaturando o partido.

Piso Salarial Nacional do Magistério

Renato Pizzatto Vivan*
renato_vivan@yahoo.com.br

A luta continua!

Em julho de 2008 foi sancionada a lei do Piso Salarial Nacional do Magistério, fruto de um longo combate travado pelos trabalhadores em educação. Trata-se de uma conquista, apesar dos limites da lei, tais como: o piso aprovado está abaixo do salário mínimo necessário calculado mensalmente pelo DIEESE que é de R\$ 2.194,18, referente a fevereiro desse ano; destina no mínimo um terço da jornada de trabalho para atividades extraclasse e não um meio, que é a reivindicação histórica da categoria e, atende exclusivamente ao magistério e não todos os trabalhadores em educação.

Mesmo com essas limitações, logo após sua sanção, governadores

de cinco estados entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), contestando a legalidade da lei. A despeito da aprovação, governadores e prefeitos, na espera pelo julgamento do STF, relutaram em implementá-la. Negam-se a pagar o salário inicial correspondente ao previsto em lei – e em muitos casos quando o fazem incluem nos cálculos gratificações ou ainda compreende-o como “teto” e não piso –, e/ou insistem em não aplicar um terço (1/3) da jornada de trabalho para atividades extraclasse.

Diante disso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou a campanha O PISO É LEI FAÇA VALER, organizando ações como o dia Nacional de Paralisação em março de 2010, envio de e-mail e postais aos governantes e entrega de um dossiê, que congre-

ga denúncias de não cumprimento da lei, ao Ministro da Educação e às presidências do Senado e da Câmara e ao presidente do STF. Além de estimular a luta dos sindicatos locais dos trabalhadores em educação na perspectiva da implementação da lei do piso nos estados e municípios.

O resultado mais recente dessa batalha foi o julgamento, no dia 6 de abril deste ano, da ADIN pelo STF que manteve a constitucionalidade da lei no que diz respeito à vinculação do piso salarial nacional aos vencimentos iniciais das carreiras do magistério de todos os entes federados. Dessa forma, não permite a inclusão de gratificações de qualquer ordem nos vencimentos iniciais das carreiras dos professores e nem a adoção de qualquer forma de progressividade para a aplicação da lei, ou seja, o piso deve ser ajustado e pago na sua integralidade imediatamente. Além

disso, apesar da referência do salário estar baseada em uma jornada de 40 horas semanais, nada impede que a lei seja aplicada a jornadas inferiores (20, 25 ou 30 horas) de acordo com os diferentes planos de carreira. E para os entes federados que demonstrem não possuir condições de arcar com a massa salarial, o STF indicou a necessidade de ocorrer um aporte financeiro complementar da União.

Cabe a CNTE juntamente com os sindicatos mobilizarem-se imediatamente no sentido de fazer com que a lei seja prontamente cumprida pelos governos estaduais e municipais. De 25 a 29 de abril realizaram-se debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) em todo o país, tendo como centro a valorização dos trabalhadores em educação.

* Renato é professor da rede pública de ensino em Curitiba/PR

Servidores públicos de Joinville em greve

Ulrich Beathalter*
ulrich@sinsej.org.br

Os funcionários públicos de Joinville entraram em greve no dia 9 de maio. Eles pedem 6,5% de reposição da inflação, baseada no INPC, mais 5% de aumento real. Uma pauta de reivindicações com 35 itens foi entregue ao prefeito Carlito Merss (PT) em 1º de março, mas ele não se manifestou até as vésperas da data-base, em 1º de maio, quando apresentou uma proposta vergonhosa de conceder 8% de reajuste apenas em janeiro de 2012. Na prática, essa posição tenta impor 20 meses sem aumento de salário em uma categoria que, em alguns setores, chega a mais de 30% de defasagem salarial.

Os trabalhadores recusaram a proposta da Prefeitura por unanimidade em uma assembleia que contou com a presença de mais de



Piquete em frente à prefeitura

800 servidores e decidiu iniciar a greve, com um ato que reuniu cerca de 5 mil trabalhadores em frente à Prefeitura.

Na sexta-feira (29/05) que antecedeu o início da paralisação, o juiz da Primeira Vara da Fazenda, Roberto Roberge, concedeu, a pedido

do prefeito Carlito Merss (PT), uma liminar proibindo a greve na área da saúde – que representa 30% da categoria – impedindo o trânsito do movimento grevista nos locais de trabalho e impondo uma multa de R\$ 50 mil por dia de descumprimento. Com essas medidas, Carlito Merss tenta não apenas acabar com a greve, mas destruir material e financeiramente a entidade sindical.

No segundo dia de greve, a pressão aumentou. Acionada pela Prefeitura, a promotora de cidadania do Ministério Público-SC, Rosemary Machado da Silva, aumentou o clima de terror, incentivando a administração municipal a abrir processos administrativos contra os servidores paralisados. A tentativa de punir pessoalmente os trabalhadores desrespeita o direito à representação sindical, ignorando que a decisão de greve foi tomada em as-

sembleia e que quem responde pela categoria é a entidade.

O Sinsej está tomando todas as medidas judiciais cabíveis, mas existe a consciência de que somente a força do movimento pode garantir que haja avanços nas negociações. Até o fechamento dessa edição a Prefeitura ainda não havia aceitado abrir uma mesa de negociações, mas a adesão chegava a 60% da categoria e crescia a cada hora, com uma entrada massiva da educação, maior setor da categoria.

O movimento em Joinville será engrossado pelo início da greve dos professores estaduais em 18 de maio. O Sinte, no último dia 11, realizou a maior assembleia de sua história com cerca de 10 mil professores. Por unanimidade a categoria decretou greve por tempo indeterminado.

* Ulrich Beathalter é presidente do Sinsej

O primeiro de maio como dia de luta e reivindicações, no mundo

Mario Conte

mariocontef@gmail.com

Na Grécia os trabalhadores se mobilizaram contra as medidas de austeridade impostas pelo FMI e o anúncio do governo de endurecimento de medidas contra o endividamento do país. Milhares de trabalhadores seguiram ao Parlamento para deixar claro que não desejam pagar pela crise que não criaram. Cartazes com dizeres com “Força popular para derrubar o poder” mostram que o chamado de conciliação de classes do primeiro-ministro grego, Yorgos Papandreou, que pediu o “esforço de todos”, não surtiu efeito.

Na Turquia, cerca de 200 mil de manifestantes reuniram-se para celebrar o 1.º de Maio na praça Taksim, a mais conhecida de Istambul, onde dezenas de pessoas foram mortas há 34 anos. Desde então, a praça permaneceu proibida aos trabalhadores, que voltaram a ocupá-la apenas a partir ano passado. Suleyman Celebi declarou à CNN turca: “Queremos esclarecimentos sobre o massacre de 1977”. Ele foi líder de um dos maiores sindicatos da turquia, o Disk, e hoje concorre a uma vaga no Parlamento nas eleições de junho.

Na Coreia do Sul números oficiais apontam cerca de 50 mil pessoas reunidas em Seul, exigindo direitos trabalhistas e combate à inflação por parte do governo, em marcha rumo à Assembléia Legislativa.

Na Indonésia, manifestantes saíram às ruas exigindo melhores condições de trabalho. Na capital Jacarta, os trabalhadores queimaram pneus em frente ao Palácio Presidencial, o que levou ao enfrentamento deles com policiais.

Em Hong-kong mais de quatro mil pessoas exigiram o aumento do salário mínimo chinês que foi insti-

tuído no próprio primeiro de maio, porque o mesmo é insuficiente para as necessidades dos trabalhadores.

Na Alemanha as manifestações reuniram mais de 420 mil pessoas e uma marcha anti-fascista em Berlim, terminou em confronto entre a polícia e os manifestantes.

Na Áustria mais de cem mil pessoas tomaram as ruas de Viena, o que levou o primeiro-ministro do país, Werner Faymann, a prometer reformas sociais.

Na França foram convocadas mais de 200 passeatas em todo o país. Na capital, Paris, reuniram-se mais de doze mil pessoas.



Primeiro de maio grego, preparando a greve geral

Em Portugal, Carvalho Silva, líder da maior central do país, a CGTP, em seu discurso criticou o governo, clamou a resistência dos trabalhadores, mas insistiu em persistir no diálogo. Ante a impaciência das massas com os problemas econômicos gerados pela crise em Portugal, está convocada uma mobilização para o dia 19 de maio.

No Chile a Central Unitária dos Trabalhadores reuniu cerca de 70 mil trabalhadores em todo o país.

Em Cuba centenas de milhares de pessoas desfilaram nas ruas em protesto contra o imperialismo e em apoio à Revolução Cubana.

Na capital da Colômbia, Bogotá, a polícia tentou reprimir manifestantes, que responderam com pedras e coquetéis molotov. O governo de Juan Manuel Santos mantém encarcerados mais de 7500 presos políticos e é o governo que mais executa sindicalistas no mundo todo. Em 2009, foram assassinados 101 sindicalistas em toda a América Latina, sendo 48 na Colômbia!

Nos E.U.A. o “Labor Day” é oficialmente celebrado na primeira

airadosmansos.blogspot.com

balhadores imigrantes irregulares.

Na cidade de Nova York, líderes trabalhistas de Wisconsin juntaram-se aos ativistas da marcha por direitos de imigrantes e trabalhadores. O protesto, ocorrido por volta do meio-dia na Union Square, em Manhattan, foi uma das dezenas de marchas que ocorreram em todo o país.

No Egito, confirmando que a revolução ainda não se completou e que os trabalhadores tem consciência de seu poder de organização, milhares reuniram-se na praça Tahrir, que ficou mundialmente famosa por concentrar os manifestantes que protestavam contra o regime de Mubarak.

Na Síria as lutas contra o governo tiveram continuidade e mais de 500 pessoas foram feitas prisioneiras na cidade de Deraa. Vídeos registrados por amadores na sexta-feira dia 29 de abril e veiculados pela agência Reuters de notícias, mostravam a execução de jovens na mesma cidade. Tanques e soldados invadiram e sitiaram a cidade desde o dia 25 de abril.

Na cidade de Rabat, em Marrocos, cerca de três mil pessoas desfilaram com palavras de ordem “abaixo o despotismo”.

No Brasil milhares de pessoas saíram às ruas para assistirem shows e discursos enfadonhos em palanques montados onde tinha Alckimins, Kassabs, Paulinhos da Força, Gilbertos de Carvalho.

Está na hora da CUT repensar seus Primeiros de Maio e voltar a realizar dias de luta, levantando as reivindicações. Mas para isso é necessário romper com a política reformista, condenar a aliança do governo com a burguesia, e batalhar por uma CUT independente e de lutas, que batalhe pelo socialismo.

* Mario é músico e diretor Sindicato dos Músicos Profissionais Independentes

Maio de 68

Mario Conte*

mariocontef@gmail.com

A necessidade de reconstruir a Europa após a segunda grande guerra com investimentos como o plano Marshall, combinados a uma maior exploração da mão de obra no terceiro mundo, sob a expansão imperialista, levariam ao estabelecimento de um estado de bem-estar-social na Europa, com conquistas de direitos dos trabalhadores junto a um crescimento da economia. Crescimento que se encontra praticamente no seu auge em 1968, o que gerava excessiva confiança nas classes dominantes de que a luta de classes era coisa do passado e estava superada. Muitos diziam que os trabalhadores encontravam-se “aburguesados”, entre eles alguns que reivindicavam o marxismo.

Na França do pós-guerra um vigoroso proletariado urbano havia se formado, com a redução da população do campo de mais de 50% às vésperas da segunda grande guerra para menos de 6% em 68. Essa mudança da correlação de forças era o fortalecimento objetivo do proletariado francês, que seria impulsionado ainda por fatores subjetivos: o revés do imperialismo no Vietnam iniciado em 01/01/68 e as mobilizações estudantis, dos E.U.A. ao Japão, passando pelo México e Alemanha, entre outros países.

OS ESTUDANTES

Os protestos contra a guerra do Vietnã levaram a prisão de estudante da Juventude Comunista Revolucionária (JCR), o que levou os estudantes a ocuparem a reitoria da universidade de Nanterre em 22/03/68. O estudante Daniel Cohn-Bendit seria preso em dia 27/04 e depois deportado, a faculdade de Nanterre

seria fechada no início de maio e a faculdade de Sorbone, mobilizada em solidariedade, seria ocupada por policiais, a primeira vez desde 1940, quando havia a ocupação nazista. Esses fatos impulsionaram os estudantes a tomarem das ruas do Bairro Latino de Paris em 03/05. A CSR, polícia do general De Gaulle, entra em choque com os estudantes, que se organizam em barricadas. A noite de enfrentamentos em 10/05 ficaria conhecida como “Noite das Barricadas”.

Enquanto estudantes protestavam, o movimento operário francês já se organizava para enfrentar a nova regulamentação trabalhista que era proposta pelo governo de De Gaulle, que consistia num ataque dos empresários aos direitos dos trabalhadores. A debilidade do governo em conter os estudantes foi assim compreendida pelos trabalhadores, que perceberam a possibilidade de avançar. Os principais sindicatos são pressionados pela base e obrigados a convocar uma greve geral para 13/05.

Unidos aos trabalhadores, os estudantes ganham força. Centenas de milhares tomariam as ruas de Paris em manifestações. O primeiro ministro Pompidou reabriria a universidade de Sourbone, reconhecendo depois em suas memórias: “*Preferir dar a Sorbone aos estudantes que vê-la tomada pela força*”. A greve geral convocada resulta em ocupação de fábricas, que continuarão a produzir sob controle operário, criando um vácuo de poder. Nem o Partido Comunista Francês (PCF) e a Central Sindical (CGT) estavam prontos para lidar com isso.



Manifestantes se enfrentam com a repressão em Paris

OS TRABALHADORES

No dia 14/05, os trabalhadores ocuparam a Sud-Aviation em Nantes e tocariam a produção sem acidentes de trabalho ou problemas por três semanas. Nesse mesmo dia são tomadas as fábricas da Renault em Cléon, Flins, Le Mans e Boulogne-Billancourt.

Em 20/05 já eram mais de trezentas fábricas ocupadas, com cerca de seis milhões de grevistas no país todo! Seguiram o exemplo dos trabalhadores outros setores:

Em 25/05, a rádio televisão estatal, a ORTF, entra em greve, exigindo um conselho com representação proporcional

de todas as tendências políticas. Os gráficos e jornalistas impuseram uma espécie de controle operário sobre a imprensa. Os jornais burgueses tinham que submeter seus editoriais à avaliações e deviam publicar as declarações dos comitês de trabalhadores.

A falta de uma direção realmente revolucionária, que não poderia expressar-se no esclerosado PCF

“

A falta de uma direção realmente revolucionária, que não poderia expressar-se no esclerosado PCF ou na CGT, impediria o avanço da revolução de maio

ou na CGT, impediria o avanço da revolução de maio. A CGT reduz a pauta a aumentos salariais, apoiada pelo PCF. Os aparatos e dirigentes queriam o retorno à normalidade tanto quanto de Gaulle.

Mesmo derrotada por uma direção traidora, a revolução esteve muito perto de tomar o poder, como nos explica Alan Woods: “*A única coisa que faltou foi a eleição de delegados em cada centro de trabalho e a vinculação de comitês de greve em cada cidade e região, culminando na formação de um comitê nacional, que poderia ter tomado o poder em suas mãos, arremessando o velho poder estatal na lata de lixo da história.*”

Mesmo traída, a revolução do maio abriu novas perspectivas à luta de classes em todo o mundo, indicando o fim de um longo período de contrarrevolução pelo proletariado internacional, escancarando mais uma vez a crise do capitalismo e a falência do modelo de bem-estar-social.

Mesmo traída a revolução não estará definitivamente derrotada e a perspectiva revolucionária que ela abriu permanece como a única solução possível para a crise do capital que hoje vivemos.

* Mario é músico e diretor Sindicato dos Músicos Profissionais Independentes



140 anos depois: Outras Comunas virão!

Caio Dezorzi*

caiodezorzi@yahoo.com.br

Há 140 anos, milhares de homens e mulheres decidiam tomar as rédeas de seus próprios destinos, assumindo o poder da então “capital do mundo” – Paris. Uma Paris que já havia seis meses estava cercada pelas tropas de Bismarck, envolta numa guerra entre a Prússia e a França – mais uma guerra que nada interessava à sua população trabalhadora. Uma Paris sem comida, que havia armado milhares de cidadãos para resistir à guerra. Uma Paris de homens e mulheres famintos e armados que, ao contrário dos seus governantes, não estavam dispostos a se render diante do invasor. E o que parecia impossível aconteceu. Foi descrito por Karl Marx como o “assalto aos céus”.

Semanas antes, o frágil governo provisório francês se rende aos alemães, entrega os exércitos e permite que o Imperador da Alemanha seja coroado no Palácio de Versalhes. Depois de uma série de rendições em campos de batalha nos últimos meses de 1870, a capitulação oficial da França ocorreu em 28 de janeiro de 1871. Adolphe Thiers, velho político francês, foi eleito pela assembleia como chefe do executivo e solicitou uma trégua aos prussianos, que foi concedida por Bismarck. O acordo de trégua incluía a eleição de uma assembleia nacional francesa que teria a autoridade de firmar a paz definitiva – pois para os alemães a paz era sinônimo de rendição francesa, entrega de territórios e pagamento de altíssimas indenizações. A Assembleia Nacional Francesa reuniu-se em Bordéus, em 13 de fevereiro, nomeando Thiers o primeiro presidente



Revolucionários destruindo a guilhotina

da Terceira República Francesa. O acordo, negociado por Thiers, foi assinado em 26 de fevereiro e ratificado em 1º de março.

Mas em Paris, a Guarda Nacional que então está composta por centenas de milhares de cidadãos comuns, se recusa a aceitar o comando designado pelo governo de Thiers e elege o “Comitê Central da Federação de Guardas Nacionais”, representando 215 batalhões, equipados com 2 mil canhões e 450 mil armas de fogo. Novos estatutos foram adotados, com os quais os Guardas Nacionais passaram a ter o direito absoluto de eleger seus comandantes e revogá-los a qualquer momento.

O novo governo de Thiers, que já havia se transferido de Paris para Versalhes, não podia permi-

tir esta situação de “duplo poder”. Na madrugada de 18 de Março de 1871, 20 mil soldados do exército regular francês, enviados por Thiers para recuperar as armas da Guarda Nacional rebelada, entram

em Paris, mas uma multidão de trabalhadores, incluindo mulheres e crianças, cerca a operação. Logo depois chegam os Guardas Nacionais. O resultado foi a confraternização entre a multidão, os soldados regulares e a Guarda Nacional. O pouco que restava do pessoal do governo deixou Paris. Ao final da noite de 18 de Março, o Comitê

Central da Guarda Nacional se deu conta que era, de fato, o governo de Paris!

Sobre este momento histórico, numa de suas cartas a Ludwig Kugelmann, Karl Marx avalia:

“
Há 140 anos, milhares de homens e mulheres decidiam tomar as rédeas de seus próprios destinos, assumindo o poder da então ‘capital do mundo’: Paris...”

“Que elasticidade, que iniciativa histórica, que capacidade de sacrifício desses parisienses! Depois de seis meses de fome e ruína, causadas mais pela traição que pelo inimigo externo, eles levantam-se, por sobre as baionetas prussianas como se nunca houvera uma guerra entre a França e a Alemanha e o inimigo não estivesse às portas de Paris. A história não tem exemplo semelhante de tamanha grandeza. Se eles forem derrotados apenas se poderá censurar seu ‘bom caráter’. Eles deviam ter marchado imediatamente sobre Versalhes, depois que Vincy, primeiro, e em seguida o setor reacionário da Guarda Nacional de Paris se retiram. O momento preciso foi perdido por causa de escrúpulos de consciência. Eles não queriam começar a guerra civil, como se esse nocivo aborto Thiers já não a houvesse iniciado com sua tentativa de desarmar Paris. Segundo erro: o Comitê Central entregou seu poder muito cedo, para dar caminho à Comuna. Outra vez por escrúpulos ‘muito honrados!’ Entretanto, pode ser que o atual levante de Paris – mesmo se ele for esmagado pelos lobos, porcos e cães sujos da velha sociedade – seja o feito mais glorioso do Partido desde a insurreição de Junho em Paris. Compare esses parisienses, que vão em assalto ao céu, com os escravos celestes do sacro Império Romano Germano-Prussiano, com seus disfarces póstumos encobrindo os quartéis, a Igreja, os latifúndios e, sobretudo, os filisteus.” (Karl Marx, 12 de abril de 1871)¹

>> Continua na próxima página...

1) MARX, Karl “O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann”, Editora Paz e Terra, 7ª edição, 2002.

Faltava ao Comitê Central da Guarda Nacional uma direção clara e experiente. Suas lideranças que em maior parte se construíam no decorrer do próprio processo, careciam de um programa claro. Na verdade nem sabiam aonde ir. Tinham sido pegos de surpresa pelas circunstâncias e tomaram um susto ao notar que estavam no poder da capital.

O Comitê Central da Guarda Nacional convoca eleições para uma Comuna, que foi instituída 10 dias depois, em 28 de Março. Foi o primeiro governo operário da história da humanidade, protótipo da república dos soviets na Rússia e serve de modelo ainda hoje para os futuros governos revolucionários que estão por vir. Em todos os bairros de Paris foram eleitos delegados membros da Comuna. A Comuna foi constituída por cerca de 90 membros revogáveis a qualquer momento, que eram o novo governo de Paris, ao mesmo tempo com poderes legislativos e executivos. Isso diminuía bastante a burocracia e permitiu que a Comuna realizasse em poucas semanas o que todos os governos da França não haviam realizado em séculos.

A Comuna oficializou o fim do exército permanente e sua substituição pelo armamento geral do povo. Dissolveu a polícia e em seu lugar foram criadas em cada bairro milícias populares compostas por voluntários, homens e mulheres, que tinham a tarefa de garantir a segurança de todos e a organização da comunidade. A Comuna proclamou a separação da Igreja e do Estado. Aboliu todas as antigas autoridades, como juízes, tribunais, parlamento, etc. No lugar das antigas autoridades estabelece-se a gestão popular de todos os meios de vida coletiva, preenchendo todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério através de eleições, mediante o sufrágio universal, concedendo aos eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido. E todos os funcio-

nários públicos, graduados ou não, eram pagos como os demais trabalhadores. O salário mais alto pago pela Comuna era de 6 mil francos – o salário médio de um operário qualificado em Paris. Assim deu-se fim ao arrivismo e à corrupção por altos cargos.

A Comuna também decretou a gratuidade de tudo o que fosse necessário à sobrevivência, como os serviços públicos. Declarou educação e saúde públicas e gratuitas para todos.

A Comuna proibiu o trabalho noturno e aboliu o sistema de multas que era aplicado aos operários. Foi abolida a pena de morte, declarada a anistia geral e o fim de toda a censura seja de ordem política, moral ou religiosa. Foram demolidos os monumentos do militarismo e da reação. Os nomes das ruas foram substituídos para eliminar os nomes de figuras odiosas. Foi eliminada a ajuda financeira do Estado à Igreja, declarando a religião como assunto privado.

Foram proclamadas também

Comunas em Lion, Marselha, Toulouse e algumas outras cidades que, entretanto, foram ainda mais efêmeras que a Comuna de Paris.

O grande trunfo da Comuna de Paris foi que seus membros constatarem imediatamente a necessidade de destruir a máquina estatal burguesa e de criar um Estado de

novo tipo, um Estado operário. O novo aparato do poder se organizava de acordo com os princípios democráticos: a elegibilidade, responsabilidade e a demissibilidade de todos os funcionários, além do caráter colegiado da direção.

Para dirigir os assuntos públicos foram criadas comissões eletivas que substituíram os an-

tigos ministérios: comissão do trabalho, da indústria e comércio, de serviços públicos, de alimentos, da fazenda, da segurança pública, da justiça, da educação, de relações exteriores e militar. O trabalho das comissões era coordenado por uma Comissão Executiva, que posteriormente incluiu todos os presidentes de todas as comissões. Essa Comis-

“

A Comuna oficializou o fim do exército permanente e sua substituição pelo armamento geral do povo (..) foram criadas em cada bairro milícias populares



A barricada dos insurretos da Comuna de Paris

Internet

são Executiva foi substituída, em 1º de maio, pelo Comitê de Salvação Pública, órgão executivo superior da Comuna de Paris. Cada membro da Comuna se integrou em uma comissão conservando ao mesmo tempo os vínculos com seu distrito eleitoral e reunindo-se ali com os eleitores.

Como governo da classe operária, a Comuna de Paris exercia seu poder em benefício do povo. Agiu rapidamente pela melhoria das condições materiais das grandes massas: fixou a remuneração mínima do trabalho, foram tomadas medidas de proteção do trabalho e de combate ao desemprego, de melhoria das condições de moradia e do abastecimento da população. A Comuna preparou a reforma escolar, fundamentada no princípio da educação geral, gratuita, obrigatória, laica e universal. Tiveram extraordinária importância também os decretos da Comuna sobre a organização de cooperativas de produção nas empresas abandonadas por seus donos, a implantação do controle operário, a elegibilidade dos dirigentes de algumas empresas estatais, etc.

ERA, A COMUNA, COMUNISTA?

A palavra “comuna” não tem a ver com comunismo, mas com comunidade, governo comunitário. Na verdade praticamente não havia marxistas – os defensores do comunismo, do socialismo científico – entre os membros da Comuna de Paris. Pelo contrário, sua maioria era composta por blanquistas, predominantes também no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre os quais prevaleciam os seguidores de Proudhon. Os blanquistas eram socialistas apenas por instinto revolucionário e proletário, não tiveram contato com o socialismo científico alemão, e isso explicava porque não realizaram as tarefas necessárias no terreno eco-

nômico. Por exemplo, detiveram-se respeitosamente ante os portões do Banco da França. Nas palavras de Engels: “o Banco da França teria valido mais do que dez mil reféns”.

Entretanto, apesar da composição blanquista-proudhoniana, na prática estes mesmos blanquistas e proudhonianos foram levados a “agir como marxistas”. Apesar dos erros cometidos pela Comuna, a decisão de organizar a grande indústria, inclusive a manufatura, não só na associação dos operários dentro de cada fábrica, como também unificando-as em uma grande federação, os conduzia ao caminho do comunismo, justo o contrário do defendido por Proudhon. Como disse Engels num prefácio de “A Guerra Civil na França”, “vinte anos mais tarde a escola Proudhoniana desapareceu dos meios operários franceses; neles, atualmente, predomina a doutrina de Marx”, tal foi a comprovação prática da teoria marxista nos dias da Comuna de Paris.

A guerra franco-alemã e a Guerra Civil na França foram precedidas, acompanhadas e seguidas por uma terceira guerra: a guerra contra a Associação Internacional dos Trabalhadores. Após a derrota da Comuna de Paris, a Internacional se viu confrontada a um ataque generalizado da reação, que se so-

mava às intrigas internas provocadas pelos anarquistas e agentes do Estado.

No final das contas, a burguesia europeia constatou que era preciso eliminar o marxismo para evitar que outras Comunas como a de Paris surgissem.

O professor Fabiano Stoiev, explica:

“Alguns historiadores desenhavam a Comuna como uma simples reação popular, desesperada e inconseqüente, de uma cidade sitiada pela guerra e exasperada pela traição do governo republicano. Por outro lado, líderes políticos da época, incluindo Bismarck, denunciaram a ação “manipuladora” da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) por trás da insurreição operária, e organizaram a perseguição aos seus dirigentes, como Marx. Mas nem tão ao céu, nem tão à terra.

Na verdade, nos anos 1860 em diante, a Europa experimentou a ascensão do movimento proletário. Ondas de greves e agitações trabalhistas percorreram o continente de uma ponta à outra: na França e na Alemanha em 1868; na Bélgica, Áustria e Hungria em 1869; em 1870 no improvável Império Russo; na Itália e na Espanha em 1871; e entre 1871 e 1873 na Inglaterra. Foi nesse contexto

Internet



Retrato artístico de Bakunin



A Libertade guiando o Povo, pintura de Eugene Delacroix, 1830

de formação de novos sindicatos e de agitação operária que surgiu a AIT (1864-1872). Seus militantes conseguiram imprimir ao movimento dos trabalhadores o internacionalismo e a ideologia socialista, superando concepções anarquistas, blanquistas e radical-liberais que predominavam até então (e isso constituiu a principal contribuição dessa Associação ao movimento operário mundial). Longe de ser uma ação isolada e desesperada do povo parisiense, a Comuna de Paris de 1871 foi a expressão mais aguda de um período de ascensão da luta de classes, coincidindo com o auge do apelo popular da AIT.

Por outro lado a Comuna não foi obra de uma pequena vanguarda organizada para dar um golpe de Estado. Não. A Comuna foi um movimento de massa. De fato, entre os conselheiros da Comuna se encontravam membros da AIT. Eram valorosos, mas minoritários no movimento. O levante operário não foi arquitetado previamente por nenhum gênio revolucionário, ainda que à frente da AIT estivesse o cérebro poderoso de Karl Marx. A Associação funcionava como um elo de ligação internacional entre os operários mais avançados da

Europa e Estados Unidos. E como explicou o próprio Marx, onde quer a luta de classes adquirisse certa consistência, era lógico que o movimento operário encontraria entre os membros da Associação sua vanguarda mais resoluto.”²

O MASSACRE CONTRA A COMUNA

Finalmente, após dois meses de árdua luta, foi morta a recém-nascida Comuna de Paris. Assassinada pelas baionetas do exército regular francês que, ajudado por seu inimigo alemão, recuperou mais de 100 mil soldados que haviam sido presos na Guerra Franco-Prussiana e ordenou um ataque brutal a Paris, que teve início em 21 de maio e só terminou uma semana depois, em 28 de maio, com a cidade afogada em sangue.

As tropas de Versalhes avançaram bairro por bairro, enquanto a Comuna erigia centenas de barricadas com pedras de calçamento e sacos de areia. Os comunardos eram mais numerosos, entretanto a

>> Continua na próxima página...

2) STOIEV, Fabiano “E viva a Comuna de Paris!”, publicado em www.marxismo.org.br em 21/04/2008.

maioria não tinha treinamento militar, enquanto que os disparos do exército regular eram muito mais certeiros.

Com a queda da última barricada, no dia 28 de maio de 1871, terminou o que ficou conhecido como a “semana sangrenta”, mas não terminou o derramamento de sangue. Mais de 30 mil parisienses foram executados nos dias seguintes, nos parques, quintais e nas casernas. A burguesia queria assegurar-se de que havia acabado com a ameaça do socialismo para sempre. Mas, como sabemos, a monstruosidade deles só deu mais força à luta pela derrubada do capitalismo em todas as partes.

OUTRAS COMUNAS VIRÃO! SERÃO DERROTADAS?

Uma pergunta que temos que fazer é: O que aconteceu nos 90 anos entre a Revolução Francesa e a Comuna de Paris? Como foi possível que em apenas 90 anos – um pequeno período histórico – a classe que havia decapitado a velha ordem agora perdia o controle de Paris para os operários?!

Sabemos que logo após a proclamação da república francesa, Napoleão toma o poder e se declara imperador. Sabemos que isso acontece novamente e de novo! A última com Napoleão III, o sobrinho do primeiro Napoleão sendo preso pelas tropas de Bismarck 6 meses antes da Comuna de Paris.

Ou seja, a Grande Revolução Francesa, que prometia “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, ao instaurar o poder da burguesia baseado na propriedade privada dos meios de produção, não pôde cumprir sua promessa. Os períodos de impérios napoleônicos que se alternaram aos breves suspiros de frágeis repúblicas desde a Revolução de 1789 até a Comuna de Paris eram nada mais nada menos do que uma necessidade da classe burguesa francesa e européia para estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria capitalista, com-

pletando a tarefa de “acumulação primitiva do Capital” e, posteriormente, concentrando o Capital nas mãos das famílias mais poderosas enquanto se consolidavam Estados capazes de gerenciar seus negócios. A unificação da Alemanha levada a cabo por Bismarck é também parte deste processo. Os capitalistas necessitavam de um Estado unificado para gerir seus negócios e manter a classe operária domada.

De “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, a burguesia européia deu aos trabalhadores fome, guerras, desemprego e nenhuma liberdade. Quando Napoleão III é levado preso por Bismarck em Setembro de 1870 e é declarada nova república na França, a classe trabalhadora não só temia a volta da monarquia, mas também começava a compreender que a república burguesa não é capaz de satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, muito menos lhes dar uma vida boa. Este é o sentido que tem a tomada do poder em suas próprias mãos por parte dos trabalhadores de Paris numa França dominada pelos exércitos de Bismarck.

E hoje, muito mais que na França de 1871, está claro que em nenhum país do mundo a burguesia é capaz



Obra de Pierre Gabriel Berthault retrata os enfrentamentos em Paris

de satisfazer as necessidades da população trabalhadora. Não pode e não quer fazê-lo. A cada dia que passa mais e mais trabalhadores tomam consciência disso e se mobilizam. Vimos a experiência da Comuna de Oaxaca em 2006. Estamos acompanhando os desenvolvimentos na Tunísia, Egito, Líbia e em outros países árabes. Também estamos vendo o que fazem os trabalhadores de Madison, em Wisconsin, nos EUA. Em todos os cantos, cada vez mais a questão da tomada do poder político pelos traba-

lhadores está na ordem do dia.

Mas assim como ocorreu com a Comuna de Paris, ou com a Comuna de Oaxaca, ou como já vem ocorrendo nos países árabes, se não há um partido revolucionário, com uma direção experiente e um programa claro, todas essas experiências tendem a fracassar. Hoje, mais que nunca, necessitamos de uma Internacional Revolucionária de Massas.

* Caio é coordenador da campanha Tirem as Mãos da Venezuela no Brasil

Internet



Escultura em homenagem a Marx e Engels

Rumo ao 15º Congresso da Ujes

Evandro José Colzani*
evandrocolzani@gmail.com

O 15º Congresso da União Joinvilense dos Estudantes Secundaristas (Conujes) acontecerá no dia 04 de junho e vai debater os principais problemas que afetam a juventude, bem como a forma de atuação da entidade em luta pelos direitos dos estudantes e trabalhadores.

A União Joinvilense de Estudantes Secundaristas (Ujes) nasceu em 1963, mas foi logo desmobilizada pela ditadura militar, que chegou a queimar sua sede. As atividades foram retomadas somente a partir de 1986, quando um congresso de refundação foi convocado.

Em 1992 a Ujes desempenhou um papel fundamental na organização do “Fora Collor”. Foi a maior mobilização que a cidade havia visto até então. No mesmo ano foram construídos grêmios em quase to-



Assembleia da UJES em escola pública em Joinville/SC

das as escolas da cidade.

Esse período de reconstrução se estendeu até 1995. A partir de então, a Ujes passou a dirigir lutas estudantis em conjunto com a classe trabalhadora, chegando a ganhar um espaço na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte). A principal bandeira dessa época era o meio passe estudantil, que mais tar-

de passou à luta pelo passe livre. As maiores manifestações da história recente de Joinville, relacionadas ao transporte público, em 2003, foram resultado desse trabalho.

Os anos de combate se estenderam até 1999 quando a entidade, dirigida por partidos com posições antagônicas aos ideais de fundação da Ujes, passou à inatividade. Esse processo de destruição do movi-

mento estudantil só se reverteu em 2005, no 12º Conujes.

Atualmente, a entidade estudantil da maior cidade de Santa Catarina vive o compromisso de sua fundação e está no combate pela reconstrução dos grêmios estudantis em todas as escolas, na defesa do passe livre e contra a destruição da educação pública. Outro objetivo é a reaproximação da Ujes ao Sinte, forma de unir novamente os estudantes e trabalhadores em busca de seus direitos.

A história da Ujes e o momento histórico que vivemos dá ao Conujes desse ano uma grande importância. A crise do capitalismo afeta jovens e trabalhadores do mundo inteiro. É hora de preparar os estudantes para enfrentar o que está por vir. Essa é a tarefa do 15º Conujes.

* Evandro Colzani é da Coordenação Nacional da Juventude Marxista

A USP e as terceirizações: a porta aberta ao sucateamento e às privatizações

Ludimila Facella*
ludfacella@hotmail.com
Leslie Loreto**
leslieloreto@gmail.com

No último dia 08 de abril, os trabalhadores terceirizados da Empresa Limpadora UNIÃO, que prestavam serviços de limpeza em mais de 10 unidades da USP, fizeram a primeira manifestação em frente à reitoria da universidade e entraram em greve. Eram cerca de 500 funcionários que estavam sem receber o salário do último mês de março. Segundo o SINTUSP (Sindicato de Trabalhadores da USP), a USP já havia feito o repasse à empresa de todos os ven-

cimentos referentes aos serviços prestados, porém a empresa não fez o pagamento dos trabalhadores.

A reitoria da USP declarou que os repasses não foram efetivados integralmente, pois a empresa estava inadimplente, o que a impossibilita de receber pagamentos de instituições públicas. Apenas foram repassados cerca de 70% do valor. Após negociações, a USP decidiu depositar “em juízo”, ou seja, estando ciente das dívidas da empresa terceirizada, os 30% restantes. Para completar a situação a USP, ainda praticou ato antigreve, contratando emergencialmente outros funcionários para realizar a limpeza, fazendo com que a comunidade universitária não “sentisse” a greve.

Apenas aulas em unidades como a Letras, História e Geografia foram suspensas por causa da paralisação. A empresa UNIÃO teve seu contrato com a USP rescindido, porém quem fica com o pior são os trabalhadores, que além de receber atrasado agora estão desempregados.

A terceirização surgiu com o objetivo de enxugar os gastos das empresas frente a competitividade no capitalismo, através da realização de contratações temporárias intermediadas por outras empresas e da flexibilização das leis trabalhistas. O caso das terceirizações na USP é mais grave, pois sendo uma instituição pública, nada justifica enxugar gastos para competir no mercado. A USP gasta o

mesmo, ou até mais, com a contratação de empresas terceirizadas. Além disso, a terceirização contribui para a divisão entre os trabalhadores, pois os terceirizados fazem o mesmo trabalho de um funcionário público e ganha cerca de metade do salário deste e não estão no mesmo sindicato que os funcionários.

As categorias de professores, alunos e trabalhadores, suas entidades, precisam levantar a bandeira pelo **FIM IMEDIATO DAS TERCEIRIZAÇÕES E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO!**

* Ludimila Facella é estudante de Artes Cênicas na USP. ** Leslie Loreto é arquiteta e militante do PT

Passos e Descompassos da Revolução Cubana

As decisões do VI Congresso do Partido Comunista Cubano: um retrocesso em direção ao capitalismo?

Fabiano Stoiev*

fabianostoiev@ig.com.br

Com um breve discurso, Raúl Castro encerrou os trabalhos do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado entre os dias 16 a 19 de abril último, no Palácio das Convenções, em Havana. Esse Congresso foi cercado de expectativas, depois do anúncio em novembro do “Projeto de Diretrizes da Política Econômica e Social”. Os delegados aprovaram as novas diretrizes, que propõem uma “atualização do modelo econômico” cubano. Nos debates que antecederam ao evento, a ideia de um passo atrás para avançar logo a frente foi usada a exaustão para justificar as medidas que ampliam a economia de mercado em Cuba. Resta saber se o recuo não representa um giro em direção a restauração do capitalismo na ilha caribenha.

O jornal *The Economist*, em uma matéria intitulada “O início de um logo e lento adeus” (20/04), arriscou profetizar o destino final ao qual as mudanças vão levar, embora lamente a lentidão da marcha. Ao reclamar que o anunciado corte de 500 mil postos de trabalho no setor estatal não tem um cronograma, que o crédito para a abertura de pequenos negócios não está disponível e que grande parte das licenças emitidas para a abertura de pequenas empresas apenas legalizam negócios já existentes, dá a medida da ansiedade dos capitalistas quanto ao futuro da revolução. Mas para nós, socialistas, as lições são outras.

A situação em que se encontra Cuba é só mais um exemplo de que é impossível construir “o socialismo em um só país”. Como acontece com todos os países, a economia



Congresso do Partido Comunista Cubano: plenária final

cubana é extremamente dependente do mercado mundial. Cuba exporta matérias primas (níquel, com preços em queda no ano passado), açúcar e serviços profissionais. A indústria turística e as remessas de cubanos vivendo no exterior também são importantes fontes de renda, mas ambas foram atingidas pela crise econômica mundial. Por outro lado, a ilha precisa importar petróleo e 80% dos alimentos que consome (os dois com preços em alta). O resultado é um déficit crescente, agravado pelo bloqueio econômico promovido pelos EUA e a dificuldade em obter empréstimos de instituições financeiras.

A solução seria incrementar a eficiência e a produtividade do trabalho, para garantir a oferta de produtos e serviços para a população cubana. A ideia é aplicar o princípio: “a cada um conforme suas ca-

pacidades, a cada um conforme seu trabalho” - adequado a uma economia de transição para o socialismo. O problema é contar com o chicote da economia de mercado para estimular esse “aumento” da produtividade. Assim, entre as diretrizes, além da ampliação e flexibilização

do trabalho no setor “não-estatal”, está a permissão para novos investimentos estrangeiros no turismo, novos níveis salariais mais “compatíveis” com a posição hierárquica e importância do trabalho realizado, e uma nova política de assistência social, que substitui o atendimento universal para “concentrar” os gastos para aqueles

que realmente precisam. O que soa estranho nos documentos do Congresso é a afirmação de que é possível harmonizar a economia planificada com a economia de mercado.

Como afirmou Jorge Martín, no artigo “A dónde va Cuba?” (revista

América Socialista, n. 03), a economia capitalista e a socialista são duas correntes contraditórias que não podem conviver para sempre, lado a lado. Cedo ou tarde vão entrar em rota de colisão e uma delas deve prevalecer. É certo que em si mesma, a abertura da economia a pequenos negócios não é uma medida negativa. Uma economia socialista não precisa nacionalizar todos os bares e salões de beleza. Fazer isso leva a criação de camadas burocráticas para administrar essas minúsculas unidades produtivas. Um pequeno setor privado não significa um risco para o socialismo, desde que as principais bases da economia permaneçam nas mãos do Estado - e o Estado nas mãos da classe trabalhadora.

No atual contexto histórico, qual poderia ser o resultado dessa política em Cuba? A debilidade da economia cubana, a proximidade da ilha com a mais poderosa (e hostil) economia capitalista do mundo, as péssimas condições das empresas estatais administradas pela burocracia e, principalmente, a falta de uma verdadeira democracia operária não asseguram um percurso tranquilo para a revolução. Sob o peso da penetração do mercado mundial em Cuba, as diretrizes adotadas tendem a incrementar a desigualdade e desenvolver a acumulação de capital. O que pode minar seriamente a economia planificada e iniciar um processo muito forte em direção a restauração do capitalismo. Principalmente se a economia de mercado contar com o apoio de burocratas favoráveis a uma “abertura” que permita a eles se apropriarem dos meios de produção, como aconteceu com outras economias socialistas.

A desconfiança existe. Não é a

“

Sob o peso da penetração do mercado mundial em Cuba, as diretrizes adotadas tendem a incrementar a desigualdade e desenvolver a acumulação de capital (...)

Cuba: um marco



Nem o bloqueio econômico imposto pelos EUA e nem a atual crise capitalista mundial impediram Cuba de bater um novo recorde de

redução da mortalidade infantil. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o índice de mortalidade na ilha caribenha caiu para 4,5 a cada mil nascidos no

ano passado. A média na América Latina é de 19 a cada mil. Mesmo a maior potência mundial, os Estados Unidos, é incapaz de oferecer condições de assistência e saúde aos recém-nascidos com a mesma eficiência que a ilha socialista. O índice estadunidense é de 6,3 a cada mil nascidos.

A gratuidade, a qualidade e a abrangência do sistema de saúde de cubano são os fatores que sustentam o nível de atendimento à primeira infância. Uma rede composta por médicos da família, centros policlínicos nos bairros, maternidades e hospitais especializados para os casos mais graves garante o acompanhamento das mulheres cubanas em todo o período de gestação, além dos cuidados neonatais.

Mas como uma pequena ilha caribenha, com recursos econômicos tão limitados, pode oferecer um atendimento à saúde tão eficiente?

É uma questão de prioridade. Só uma economia socialista, planejada, pode permitir que os recursos necessários sejam investidos no que é considerado essencial: na proteção e na valorização da vida. Com a propriedade e o controle social dos meios de produção, a economia pode ser posta a serviço da sociedade, e não o contrário. A experiência cubana, com todos os seus problemas políticos e econômicos, tem sido prova disso nos últimos 50 anos.

Por essas e por outras, a defesa das conquistas da revolução cubana não é indiferente a um militante socialista. A experiência da ilha caribenha é um marco que, feita toda a crítica necessária, aponta alguns caminhos para a construção de um futuro melhor para toda a humanidade.

toa que os temas mais discutidos pela população nos debates que antecederam ao Congresso dizem respeito às conquistas sociais e sua manutenção nos novos tempos. Nada provocou tanto o debate quanto a eliminação de itens da cesta básica com preços subsidiados, garantida a todo cidadão cubano. Para Raul Castro, a cesta básica hoje tem um “nocivo caráter igualitarista”, e transformou-se em “uma carga insuportável para a economia e um desestímulo ao trabalho”. Mas a população não parece tão convencida por esses argumentos.

As diretrizes aprovadas podem até aliviar temporariamente a situação de Cuba, mas a única saída para a continuidade do socialismo é a revolução internacional e a implantação de uma autêntica democracia operária. A luta de classes na América Latina tem demonstrado um desenvolvimento surpreendente, que serve de estímulo e apoio aos socialistas cubanos. Mas de fato, os

trabalhadores cubanos não sentem que controlam as indústrias em que trabalham. A falta de uma democracia operária mina o entusiasmo do povo, em especial, das novas gerações. Medidas formais não estimulam uma maior participação popular. Limitar o acesso aos principais cargos políticos a dois mandatos

de 5 anos para “renovar” a elite dirigente não garante o avanço permanente da revolução. A autonomia dos administradores e dos gestores públicos em relação ao partido pode não significar menos burocracia, mas o domínio de uma casta de gerentes por sobre as propriedades do Estado, sem que prestem

Internet



A vitória na Baía dos Porcos

contas a ninguém. Em uma situação de queda do poder aquisitivo, onde todos percebem a corrupção nas esferas do Estado, essas coisas podem se converter em um perigo para a revolução. Uma democracia operária, tal como assinalou Lênin, deve controlar a burocracia, com a eleição dos funcionários a cargos revogáveis a qualquer momento, e com o estabelecimento de um teto para as diferenças salariais, que deveriam ser reduzidas com o desenvolvimento da economia.

Um novo capítulo dessa história está marcado para o dia 28 de janeiro de 2011, com a realização de uma Conferência, que vai tratar de uma reforma política. Até lá, prestamos nossas homenagens às energias revolucionárias do povo cubano, que sustenta uma sociedade socialista há 50 anos, debaixo do nariz do imperialismo estadunidense.

* Fabiano é professor de história na rede pública de Curitiba

A natureza do regime de Kadhafi

Notas sobre seu antecedente histórico

Hussein Malla/AP

O regime de Kadhafi se aproximou mais e mais perto dos imperialistas. A imprensa nos últimos anos está cheia de histórias sobre os empresários e políticos ocidentais visitando a Líbia para fazer negócios lucrativos

Fred Weston*

Corrente Marxista Internacional

Kadhafi chegou ao poder com um golpe de oficiais subalternos em 1969, claramente influenciados pelo pan-arabismo do Egito do presidente Nasser. No governo anterior da Líbia, o Rei Idris foi completamente subalterno ao imperialismo. Kadhafi se associou ao Movimento dos Oficiais Livres, um grupo de jovens oficiais do exército líbio que tinha um profundo sentimento de raiva e vergonha pela derrota dos exércitos árabes na guerra de 1967 com Israel. O objetivo era modernizar a Líbia e desenvolver a economia. No entanto, quando ele tentou fazer isso em uma base capitalista entrou em conflito com os interesses dos imperialistas, por exemplo, ao expropriar a propriedade dos ex-colonizadores italianos ou quando, em 1971, ele nacionalizou os bens da British Petroleum. No processo também expulsou bases dos EUA da Líbia.

A retaliação do governo britânico ajudou a empurrar Kadhafi a buscar apoio financeiro da União Soviética. Isso foi em 1972, quando a União Soviética assinou um acordo com a Líbia para ajudar a desenvolver sua indústria petrolífera.

Durante o mesmo período, no entanto, Kadhafi foi muito claro ao expressar o seu anti-comunismo.

Em 1971, ele enviou um avião cheio de comunistas sudaneses de volta ao Sudão, onde foram executados por Nimeiry. Em 1973, o regime emitiu um documento oficial para marcar o quarto aniversário da chegada ao poder de Kadhafi sob o título “Guerra Santa contra o comunismo”.

O que gerou uma mudança radical na postura de Kadhafi foi a recessão mundial de 1974. Ela teve um impacto profundo sobre a Líbia, provocando um crescente mal estar social. Diante da incapacidade da nascente burguesia nacional de desenvolver a economia, Kadhafi foi levado a alterar a sua política anterior de tentar desenvolver o capitalismo tribal do país, para uma economia dominada por empresas estatais.

Alguns oficiais militares envolvidos no golpe de 1969 contra a monarquia, que levou Kadhafi ao poder, romperam com ele sobre esta questão e organizaram um golpe de Estado em 1975 para tentar parar o seu programa de nacionalizações.

Algumas dessas pessoas estão hoje desempenhando um papel importante na tentativa de derrubar Kadhafi, como Omar Mokhtar El-Hariri, recém-nomeado Ministro de Assuntos Militares do atual Governo Provisório da oposição.

Kadhafi conseguiu esmagar a tentativa de golpe em 1975 e, em seguida, prosseguiu com seu programa. Acabou tomando a maior parte da economia e se inclinou em



Sinais de desmoronamento do regime de Kadhafi

direção à União Soviética. Em 1979, o setor privado estava praticamente eliminado.

Para proporcionar algum tipo de suporte ideológico para o que estava fazendo, ele escreveu a primeira parte de seu famoso “Livro Verde” em 1975, e em 1977 mudou o nome oficial do país para “Jamahiriya do Grande Povo Líbio Árabe e Socialista”. Jamahiriya significa o “Estado das massas”. Em seu livro, apresenta sua versão de “socialismo”, uma versão islâmica, que em vez de ver a luta de classes como a chave para fazer a sociedade avançar, vê a luta de classes como um desvio perigoso.

Foi neste período que alguns grupos de esquerda se tornaram animadores de Kadhafi, apoiando incondicionalmente o seu regime. Eles ignoraram alguns detalhes de pequena importância. Por exemplo, em 1969, Kadhafi ti-

nha proibido os sindicatos independentes, e as greves foram proibidas completamente alguns anos mais tarde. Uma vez que as verdadeiras organizações operárias haviam sido proibidas, estabeleceram-se “sindicatos” controlados pelo Estado. O que finalmente se criou foi um regime totalitário, sob o controle estrito de Kadhafi.

Apesar desta ditadura brutal, uma combinação de grandes reservas de petróleo e, portanto, de receitas, e um amplo setor público, permitiu o desenvolvimento de um estado de bem-estar social. Por isso temos que entender que Kadhafi foi capaz de construir uma base de apoio importante para si mesmo entre a população. Parte desse apoio tem sobrevivido até hoje, como vemos em Trípoli e em outras partes do país.

Desde então, porém, muitas mudanças importantes ocorreram em todo o mundo que afetaram profundamente a Líbia. Um elemento-chave foi a queda da União Soviética e seus satélites no Leste Europeu que marcou o início do regresso ao capitalismo em todos esses países.

>> *Continua na próxima página...*

“
Apesar desta ditadura brutal, uma combinação de grandes reservas de petróleo e, portanto, de receitas, e um amplo setor público, permitiu o desenvolvimento de um estado de bem-estar social ...

Foi em 1993 que vimos os primeiros passos na Líbia para iniciar um processo de “abertura econômica” ou “infitah”, como era conhecido. No entanto, também é verdade que, embora a intenção estivesse lá, na prática, isso resultou em muito pouco movimento à privatização total. As camadas privilegiadas, principais beneficiadas da economia nacionalizada, tinham pouco interesse em mudar o status quo.

A relativa independência que a Líbia desfrutava enquanto existia a União Soviética determinou o conflito com o imperialismo que colocou a Líbia na posição de ser classificada como um “Estado inimigo”. Em 1986, o presidente dos EUA, Reagan, ordenou um ataque aéreo contra a Líbia, com o objetivo declarado de matar Kadhafi. Ele sobreviveu, mas o ataque causou cerca de 60 vítimas. O ataque aéreo de 1988, contra o voo 103 da Pan Am, enquanto sobrevoava a Escócia, também ajudou a dar a desculpa para as sanções a serem impostas sobre o país. Isso, juntamente com a queda dos preços do petróleo nos anos noventa e na década de 2000, causou muita dor na economia líbia. A invasão do Iraque pelo imperialismo, em 2003, que levou à morte de Saddam Hussein e à derrubada de seu regime, também serviu como uma forte pressão para abando-

nar toda a pretensão de manter uma postura anti-imperialista. A desculpa para a invasão do Iraque foi a alegada existência de armas de destruição em massa, algo que as potências imperialistas também acusavam a Líbia. A combinação desses fatores foi o que determinou uma mudança radical na política líbia.

Em junho de 2003, Shukri Ghanem, visto como um “reformista”, ou seja, um defensor do livre mercado e das privatizações, foi nomeado primeiro-ministro. No mesmo ano, a Decisão n.º 31 apresentou uma proposta de privatizar 360 empresas de propriedade estatal até dezembro de 2008. No final de 2004, 41 empresas haviam sido privatizadas. Como parte deste processo também, em janeiro de 2007, o governo líbio anunciou o plano de demitir 400 mil trabalhadores do setor público, mais de um terço da força de trabalho total do governo.

As sanções da ONU foram retiradas em 2003 e um ano mais tarde os EUA retiraram a maior parte das sanções também. As relações diplomáticas foram restauradas em 2006.

Como resultado de tudo isto a Líbia começou a atrair uma grande quantidade de investimentos estrangeiros diretos, principalmente no setor de energia. Muitos contratos foram assinados dando conces-

Internet



sões de petróleo e gás a empresas ocidentais.

Durante este período, o regime de Kadhafi se aproximou mais e mais perto dos imperialistas. A imprensa nos últimos anos está cheia de histórias sobre os empresários e políticos ocidentais visitando a Líbia para fazer negócios lucrativos.

Saif al Islam, um dos filhos de Kadhafi, é conhecido por ser a favor da “liberalização” da economia, e tem pressionado por mais e mais políticas econômicas “liberais”, ou seja, uma maior privatização.

Em 2008, Berlusconi assinou um acordo para pagar à Líbia 5 bilhões de dólares em compensações pela colonização italiana do país no passado. Parte do acordo também previa que a Líbia exercesse a vigilância da costa mediterrânea para evitar que os migrantes africanos chegassem à Itália. O fato de Kadhafi utilizar-se de meios brutais para conseguir isso parecia não ser do interesse de governos ocidentais na época.

Isto foi seguido por uma visita da então secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, no mesmo ano, a primeira visita deste tipo desde 1953. Mas foi Tony Blair que

iniciou esse processo com a sua visita a Kadhafi, em 2004.

Assim, vemos como a aura de “anti-imperialismo” que Kadhafi pode ter tido no passado se evaporou na última década. Ele tem cooperado plenamente com o imperialismo.

Ele também ajudou na chamada “guerra ao terrorismo”, passando informações para a CIA e o MI6 (serviços secretos britânicos) sobre as suspeitas de fundamentalistas islâmicos na Líbia.

Tudo isso explica sua surpresa ao ser atacado pelas forças da OTAN no último período. Sentia que tinha feito tudo o que precisava fazer para não acabar como Saddam Hussein. No entanto, devido ao seu passado, Kadhafi não era totalmente confiável. Ele estava colaborando sim, plenamente e de boa vontade, mas quando as potências imperialistas viram uma oportunidade para substituí-lo por alguém mais subserviente, não hesitaram em aproveitar a oportunidade.

* Fred Weston é dirigente da Corrente Marxista Internacional



Aviões da Força Aérea Britânica preparam-se para atacar a Líbia

Belo Monte (parte 3): Por que até a OEA pediu que Dilma interrompesse o projeto?

Flávio Almeida Reis*

reis.geografia@gmail.com

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) atendeu a demanda das comunidades que sofrerão os impactos da usina de Belo Monte (PA) e solicitou que Dilma suspendesse o processo de licenciamento e construção da hidrelétrica de Belo Monte. A OEA se baseou nos questionamentos das populações sobre o prejuízo aos direitos das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu.

Dissemos que é correto o pedido de suspensão de Belo Monte. Mas atenção! Sabemos que não podemos ter ilusão na OEA. Esta é uma organização que visa defender a ordem burguesa e os interesses imperialistas. Por exemplo, sobre questões de “direitos humanos” a OEA trata de forma diferente casos em Cuba e nos EUA.

Ser ouvido de forma séria. Essa é a principal reivindicação de indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores que sofrerão os impactos diretos de Belo Monte. A usina, planejada para ser construída na região de Altamira (PA), é projetada para ser a terceira maior do mundo. As audiências públicas que deveriam se destinar a fornecer informações sobre a obra a todos os atingidos, no caso de Belo Monte, foram construídas como mera formalidade, apenas para dizer que ocorreram. Vejam:

“Algumas audiências foram marcadas pela exclusão da população atingida, que, na prática, teria que se deslocar até 200 km para ir a um auditório, onde, no máximo, teriam direito a três minutos de fala. Isto pode ser tudo, menos audiência pública desti-

nada a permitir a participação da população atingida pela obra. (...) Tem-se desde o desprezo à necessidade de ouvir as comunidades até o risco de cooptação de lideranças. As comunidades não foram ouvidas e, embora afetadas diretamente, há um discurso oficial que nega que Belo Monte seja um caso concreto de aproveitamento de recursos hídricos de áreas indígenas e, com isto, retira das comunidades boa parte do seu protagonismo.” (Ubiratan Cazetta - Procurador da República do Pará - em entrevista ao IHU).

O que se passa aqui é a continuidade do odioso desrespeito à cultura e à dignidade dos índios. E a contradição é ainda maior porque temos o PT na presidência do

“

Dissemos que é correto o pedido de suspensão de Belo Monte. Mas atenção! Sabemos que não podemos ter ilusão na OEA. Esta é uma organização que visa defender a ordem burguesa e os interesses imperialistas

Brasil e o governo insiste em se comportar como um rolo compressor. No caso de Belo Monte o governo inventou um artifício jurídico para manobrar as leis ambientais, casou a liminar do Ministério Público do PA sem responder adequadamente aos pertinentes questionamentos sobre os enormes impactos sociais do projeto, e ainda nega o alerta de engenheiros que afirmam que Belo Monte provavelmente não produzirá energia suficientemente para ser construída. Por isso concordamos com a OEA: Belo Monte não passa de uma grande farsa.

Recentemente a OEA condenou o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos por não punir os responsáveis pelo desapareci-

mento de militantes da guerrilha do Araguaia. Mas lembramos que isso aconteceu há mais de 30 anos, durante a ditadura militar. A mesma luta dos trabalhadores que derrotou a ditadura, anos depois, também elegeu Lula e Dilma. Porém ainda há uma forte participação de partidos burgueses no governo do PT. É isso que está fazendo o governo ser tão autoritário e negar, no caso de Belo Monte, a realização de consultas públicas às comunidades, com tradução para os idiomas de cada etnia, por exemplo. O governo tem se recusado a tomar os cuidados para evitar a disseminação de doenças e para reduzir o dano às comunidades indígenas “em isolamento voluntário” na bacia do Xingu.

Precisamos exigir que o PT rompa as alianças com os partidos burgueses. A irresponsabilidade em insistir com Belo Monte tem origens na pressão de expandir a fronteira capitalista para a Amazônia, modernizando a infra-estrutura dos corredores de exportação de minérios e produtos agropecuários. Precisamos lutar por um outro desenvolvimento, por um desenvolvimento socialista.

Este é o nosso terceiro artigo sobre Belo Monte. Já publicamos informações do custo estimado (30 Bi) e a forte participação do Estado no financiamento da obra; denúncias das manobras jurídicas e do atropelo da legislação ambiental, gravíssimos questionamentos dos engenheiros sobre a viabilidade técnica do aproveitamento hidrelétrico da usina, e também publicamos questões sobre os enormes impactos sociais que são esperados com a construção da Usina. Para ler os artigos anteriores, acessem: www.marxismo.org.br

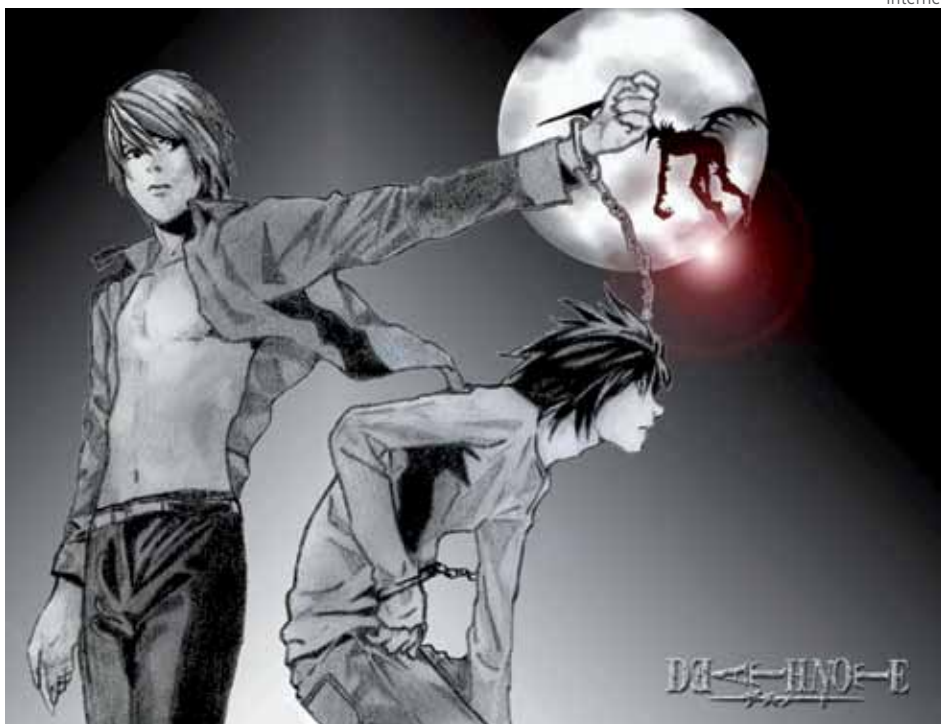
* Flávio Reis é Mestrando em Geografia pela UFF



Manifestantes se despedem simbolicamente do Rio Xingu

'Death Note': matar para mudar? 2ª parte

Internet



João Diego Leite*

juandiego.rojo@yahoo.com.ar

O CADERNO NAS MÃOS DA BURGUESIA

Em um dos episódios do anime, o caderno cai na mão de um grupo de empresários. Diferente de Raito, que deseja “purificar o mundo”, tudo que eles querem é ganhar dinheiro. Como todo burguês, eles desejam o fim da concorrência.

O caderno torna-se uma arma eficiente contra seus concorrentes. Matam os donos das empresas que os ameaçam, sem pena.

Ao passo que Raito usou o caderno para “purificar o mundo”, os empresários o utilizaram para manterem-se no poder e adquirir mais poder. Para tanto eles mataram, um a um, todos os concorrentes.

Muitos amigos com quem conversei, dizem que ao ter o caderno, uma das coisas que fariam era matar os políticos e empresários. Isso não ia alterar o sistema. Durante a história, nossos algozes foram atacados e alguns mortos, como Alexandre II, da Rússia.

Isso não mudou o sistema, nem derrubou o império, ao contrário isso ajudou a monarquia a justificar a repressão.

É interessante essa parte do anime, pois mesmo com a morte de alguns empresários e até de parte dos que possuem o caderno, nada muda. Matar o maior empresário do mundo ou do Brasil, não poria um fim ao capitalismo.

São as massas organizadas que derrubam o sistema e revolucionam a sociedade, não pequenos

grupos em ataques individuais que irão derrubar o capitalismo.

Nossos meios de luta contra o capital devem ser meios que envolvam as massas, que as fortaleçam e que as eduquem na luta contra o capital.

Como afirma Trotsky: “*Bons são os métodos e os meios que elevam a consciência de classe dos operários, sua confiança em suas próprias forças, sua disposição à abnegação e à luta*” (Programa de Transição).

O AUTOR DE DEATH NOTE E O FIM DA CRIMINALIDADE

De acordo com os sites na internet, ninguém sabe ao certo quem é o criador de *Death Note*. Seu nome Tsugumi Ohba é um pseudônimo, que dizem ser de Hiroshi Gamou, autor da série de mangá *Tottemo! Luckyman*.

A verdade é que esse fato só contribui para afirmar que o homem é um produto de seu meio, assim como suas idéias. Afinal o autor criou “L” à sua imagem e semelhança. Não estou acusando o autor de um agente da burguesia, como afirmei em meu texto sobre a luta de classes e os heróis.

Os artistas são influenciados pela

Internet



ideologia dominante como qualquer outro trabalhador ou político.

No anime, a idéia de solução para o crime é a repressão. O autor pode não estar de acordo com isso e simplesmente expor essa solução, por ser a única que conhece, o que pode ser ingenuidade ou, o mais provável, influência das idéias mais conhecidas.

Os marxistas propõem a revolução socialista, como a única forma de pôr um fim na exploração e na miséria. É por causa dessa exploração e miséria que se intensificam os roubos, mortes e assassinatos em nossa sociedade.

O crime surge no sistema capitalista como um atalho para a “felicidade da burguesia”, na parte mais miserável da população.

O capitalismo já não desenvolve mais a sociedade. Ele não traz o bem estar da população. Tudo que o capitalismo traz é a exploração, o desemprego e a guerra. Todos os meios são utilizados pelos burgueses para manterem-se no poder.

Não adianta colocarmos mais policiais nas ruas, construirmos mais cadeias e termos penas mais duras. O problema é o sistema. Para pôr um fim à criminalidade é preciso derrubar esse Sistema.

Death Note tem alta qualidade. Os desenhos são muito bem feitos. Rico em detalhes, com clima sombrio e solitário. Não bastasse isso, possui uma ótima trilha sonora que interage com cada episódio e atitude dos personagens.

Como a maioria dos animes, ele é baseado em um mangá (história em quadrinhos japonesa) que é ilustrado por Takeshi Obata. O anime conta com 37 episódios, que no Brasil foram exibidos pelo canal de TV pago *Cartoon Network*, muito embora os fãs de anime prefiram baixá-lo da internet e assistir legendado.

* João Diego é Coordenador Nacional da Juventude Marxista

Neto de Trotsky, Esteban Volkov realiza Conferências no Brasil

Esquerda Marxista

Entre os dias 3 e 11 de junho, estará no Brasil, para realizar uma rodada de 4 Conferências, Esteban Volkov, neto de Trotsky. A primeira Conferência será na cidade de Joinville, em Santa Catarina, no dia 3. A segunda será em São Paulo no dia 6 de junho, depois, no dia 8 em Recife e finalmente em Sumaré, na fábrica Flaskô (ocupada pelos trabalhadores), onde realizará sua última palestra.

O objetivo da vinda de Esteban Volkov ao Brasil - por iniciativa da Livraria Marxista e com apoio da APROPUC, Sindicato dos Trabalhadores Químicos, Sindicato dos Trabalhadores Vidreiros, ambos filiados à CUT, em conjunto com a Flaskô - será divulgar a obra e a luta de Trotsky, que ao lado de Lênin, foi um dos grandes nomes da grandiosa revolução de outubro de 1917 na Rússia.

Esteban Volkov nasceu na Ucrânia em 1926. Filho de Sinaida, filha de Trotsky em seu primeiro matrimônio.

Ele foi o único sobrevivente da família de Trotsky que foi totalmente dizimada a mando de Stalin. Tinha 13 anos quando foi morar com seu avô em Coyacán, no México, no ano de 1939. Teve pouco tempo para conviver com seu avô, pois no dia 20 de agosto do ano seguinte Trotsky seria assassinado por Ramón Mercader, agente da temida GPU de Stalin.

Esteban, em 2007, declarou: *“Trotsky não foi derrotado, quem foi derrotada foi a classe operária e a revolução de outubro. Meu avô se atirou na luta,*

mas como foi visto, quem acabou indo para a lixeira da história foi Stalin. A luta pelo socialismo continua vigente, o capitalismo não pode dar nenhuma solução para os problemas candentes e mais graves da humanidade.

Meu avô deixou o conceito da Revolução Permanente, o Programa de Transição, deixou toda uma bagagem teórica. E, por sobre tudo, desmascarou a maior falsificação do socialismo em seu livro “A Revolução Traída”, obra na qual previu com precisão matemática que o governo da burocracia levaria ao restabelecimento do regime capitalista na União Soviética”.

Hoje quando o imperialismo, sob a base da propriedade privada dos grandes meios de produção, procura aniquilar as conquistas históricas da classe operária e da humanidade e as massas se levantam em revoluções, comprova-se as palavras de Volkov ao apresentar o vídeo que o Museu Casa León Trotsky realizou: *“O socialismo deverá ressurgir, não existe nenhuma outra opção. E as poucas oportunidades em que existiu, com breves triunfos, demonstraram sua atualidade. Eu vejo a possibilidade de que o socialismo ressurgja. Ressurgirá o autêntico socialismo, com democracia”.*

A Livraria Marxista orgulha-se de estar apresentando no Brasil esse formidável e incansável senhor de 85 anos de idade.

A Esquerda Marxista estará lançando nas 4 Conferências o vídeo **‘Trotsky e México, duas Revoluções do Século XX’**, produzido por Adolfo Garcia Videla e Museu Casa León Trotsky, que poderá ser adquirido por R\$ 10,00.



Chávez extradita ativista de esquerda

Após a publicação da Declaração da Esquerda Marxista em defesa de Joaquín Pérez Becerra e da revolução venezuelana (leia a íntegra em http://www.marxismo.org.br/index.php?pg=artigos_detalle&artigo=755), o próprio Chávez saiu em defesa de seus ministros e assumiu a responsabilidade da decisão de entrega de Becerra ao governo colombiano. Isso é profundamente lamentável e aprofunda o golpe contra a própria revolução venezuelana que sempre contou com a solidariedade internacional. Dentro da Venezuela isso provoca desmoralização e dispersão. Chávez

assume com isso uma postura de colaboração com os inimigos da revolução e de ataque aos seus verdadeiros aliados. Politicamente prepara uma catástrofe e não vai se salvar de nenhuma maneira se a revolução afundar nas mãos da reação. A burguesia e o imperialismo não perdoam. Os marxistas do PSUV têm a tarefa de organizar os quadros e militantes internacionalistas em defesa da revolução e ajudar a classe operária venezuelana a se apropriar do PSUV, expulsar os burocratas do governo e expropriar o capital. Se Chávez não recua de sua posição, e nada indica que vá fazê-lo, é preciso se preparar para enfrentar a situação. É revolução socialista ou barbárie.